



A EDUCAÇÃO NA RESTAURAÇÃO LEMISTA DA IGREJA: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945

*L'éducation dans la récomposition de L'Église:
la mission de Tristão de Athayde et de Stella de
Faro au sein du Ministère de l'Éducation et
de la Santé Publique: 1934-1945*

Peri Mesquida

Doutor em Ciências da Educação pelo Université de Genève, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba - Brasil, e-mail: mesquida.peri@pucpr.br

Resumo

Se o padre Julio Maria foi um verdadeiro interprete e oráculo da ortodoxia católica no final do século XIX e início do século XX, encetando campanhas de divulgação do pensamento católico e de chamamento à Santa Madre Igreja aos católicos de nome, mas não de prática e de ação, Dom Sebastião Leme, a partir de 1916, desencadeará uma ação nacional, inicialmente a partir do Nordeste (Recife), depois tendo como centro irradiador da dinamização da Igreja, o Rio de Janeiro, no sentido de apressar a restauração. Dom

Leme irá centrar sua ação no chamamento dos intelectuais católicos. Para tanto, fundou no Rio de Janeiro, em 1921 e 1922, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, órgãos de difusão do pensamento católico e de preparação de intelectuais. De Jackson de Figueiredo a Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Capanema e Stella de Faro, entre outros, a investida de Dom Leme por meio da intelectualidade católica para disseminar as ideias e princípios católicos e exercer influência política, foi significativa e expressiva. No período em que Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e da Saúde, a Dom Leme procurou exercer influência no governo e sobre a sociedade por meio dos seus “braços” cultos no Ministério: Alceu de Amoroso Lima e Stella de Faro. Enquanto Tristão de Athayde procurava colocar católicos em postos chave do Ministério, Stella de Faro procurava participar de Comissões cujas decisões poderiam favorecer a presença da Igreja na sociedade, em particular pelo reconhecimento da mulher como mestra, cidadã (exercício político do voto) e pela sua presença em obras de serviço social.

Palavras-chave: Educação. Mulheres. Intelectuais. Ministério da Educação. Restauração.

Résumé

Si le père Julio Maria a été l'interprète de l'orthodoxie catholique à la fin du XIXème siècle et début du XXème par de campagnes de propagation de la foi catholique et par l'appel aux catholiques de l'union à l'église, Dom Sebastião Leme, à partir de 1916, déclanchera une action nationale, d'abord à partir du nordeste brésilien et depuis ayant comme centre la ville du Rio de Janeiro, dans le sens de développer le processus de « restauration » de l'Église. Dom Leme centrera son action sur l'appel aux intellectuels catholiques. Ainsi, il fonda, en 1921 et 1922, en tant que moyens de diffusion de la pensée catholique et d'organisation d'intellectuels, le Centre Dom Vital et la revue A Ordem. De Jackson de Figueiredo à Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Capanema e Stella de Faro, parmi d'autres, Dom Leme mettra en action les intellectuels de l'Église ayant pour but celui de diffuser des idées et les principes catholiques et d'exercer de l'influence politique, son travail religieux et politique a été expressif et significatif. Pendant la période dans laquelle Gustavo Capanema

fut le Ministre de l'Education et de la Santé Publique, Dom Leme chercha d'exercer de l'influence sur le gouvernement et sur la société par le biais de ses « bras » cultes à l'intérieur du Ministère : Alceu de Amoroso Lima et Stella de Faro. Pendant que Tristão de Athayde (Alceu de Amoroso Lima) se chargeait de trouver de postes clés pour les catholiques dans le Ministère, Stella de Faro cherchait de prendre partie aux comités dont les décisions pouvaient favoriser la présence de l'Église dans la société surtout par la reconnaissance de la femme comme enseignante et citoyenne (para l'exercice démocratique du vote) ainsi que par sa présence dans les oeuvres du service social.

Mots-clés: *Éducation. Femmes. Intellectuels. Ministère de l'Éducation. Intellectuel.*

INTRODUÇÃO

Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, nascido em Espírito Santo do Pombal, Estado de São Paulo, em 20 de janeiro de 1882, resolveu mostrar, por meio de uma Carta Pastoral, a situação em que se encontrava a Igreja Católica no Brasil e quais os caminhos a seguir para que ela restaurasse a força política e religiosa (Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, Saudando os seus Diocesanos, 1916). A rigor, Dom Leme constatará que, apesar de o Brasil ser uma nação católica, a Igreja católica não exerce o poder que deveria exercer sobre a sociedade política e sobre a sociedade civil. Ele atribui, de início, essa falta de presença militante católica, à “ignorância” do povo católico e à “inoperância” dos intelectuais católicos. Dessa maneira, Dom Leme faz uma constatação que prenuncia o caminho que a Igreja deveria tomar se quisesse restaurar a sua força política e religiosa, pois o Arcebispo acredita que o “divini magister” da Igreja não se limitaria à educação propriamente dita, mas iria além, alcançando a ação político-pedagógica:

Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os nossos princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a Lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da Autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o Ensino. Na força armada da República, não se cuida de Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de

todos os ramos da vida pública...Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e tôdas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? Somos uma força que não atua, e não influi, uma força inerte (CARTA PASTORAL, 1916, p. 4-7).

Dom Leme via os católicos como uma força inoperante e isso impedia a Igreja de exercer influência política sobre o aparelho de Estado e político-religiosa sobre a sociedade civil. Mais ainda: a Igreja católica não difundia princípios, ideias, valores capazes de alcançar a sociedade e influenciar o pensamento da nação, a cultura, as leis, as decisões políticas. Afinal, “não cultivamos hábitos de propaganda” (LEME, 1916, p. 79). Um pouco mais adiante Dom Leme se refere aos católicos dos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, países onde são minoria, mas têm capelães no exército, ótimas universidades, escolas subvencionadas, ligas operárias, eleitorado consciente: “não agitamos, não movemos, não agimos [...] somos uma maioria asfíxiada. O Brasil que aparece, o Brasil-Nação, êsse não é nosso. É da minoria” (LEME, 1916, p. 16-17).

Dom Leme dirige todo o seu esforço intelectual e operacional no sentido de criar dentro e para a Igreja uma camada de intelectuais que assegurassem o consenso não somente na sociedade civil, mas que também atuassem no aparelho de Estado permitindo à Igreja ser o elemento de sedimentação de um novo bloco histórico. Diz Antonio Gramsci que

todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas ainda no campo social e no político (GRAMSCI, 1975, p. 1513).

Dom Leme percebeu na prática quanto é difícil criar uma camada de intelectuais que incorpore um projeto e passe não somente a elaborar a estratégia de ação, mas também desenvolva uma tática concreta de ação nas trincheiras “inimigas”, silenciosamente, mas eficazmente. Trata-se de um processo longo e difícil para os próprios intelectuais, como afirma Gramsci: “Este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de fragmentação e reagrupamentos” (GRAMSCI, 1975, p. 1386). Consciente disso, Dom Leme terá a oportunidade de difundir suas ideias e de expandir concretamente sua ação quando é transferido para o Rio de Janeiro, indicado para suceder o

Cardeal Arcoverde. Toma posse no dia 5 de agosto de 1921, na convicção de que “é vontade do Santo Padre que aceite” a indicação.

No Rio de Janeiro, enquanto Arcebispo-coadjutor irá “usar agora, os processos de recristianização que aplicara na arquidiocese de Olinda e Recife”. Por isso,

nesse seu empenho de recristianizar um povo D. Leme terá que canalizar, valorizando-as, as forças esparsas do apostolado católico leigo e – tarefa sumamente delicada – terá que promover a conquista para Deus dessas **classes dirigentes, dessas elites intelectuais (que) desempenham um papel decisivo na propagação das idéias** (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 135, grifos do autor).

Infelizmente, os líderes intelectuais católicos no Rio de Janeiro eram, de um lado, tradicionais, “homens de outra geração, não falavam a linguagem dos novos tempos”, segundo Regina do Santo Rosário. Por outro lado, faltava à geração jovem que Dom Leme encontrou na sede da Arquidiocese, “a combatividade e mesmo uma vocação decidida, por assim dizer irresistível, para a reconquista espiritual de seu meio, qualidade indispensável naquela hora crucial” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 174). Por isso, o Arcebispo Coadjutor aguardava “as indicações da Providência” que não tardaram a chegar. Ainda em 1921, “A Providência enviou a Dom Leme o homem que, nessa primeira fase da campanha, seria por excelência o seu instrumento na conversão da intelectualidade brasileira: Jackson de Figueiredo” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 174), convertido em 1918 ao catolicismo, depois de ter estudado em escolas protestante e leiga, em Aracajú, sua cidade natal e feito o curso superior em Maceió e em Salvador, Jackson será o braço estendido de Dom Leme na criação de uma “camada de intelectuais” orgânicos da Igreja. Para realizar a missão, Jackson de Figueiredo precisará contar com órgãos que possibilitem a elaboração da estratégia a seguir e sejam, ainda, veículos de ação combativa. Por isso, ele funda, no Rio de Janeiro, a revista *A Ordem*, em 1921, e o Centro Dom Vital, em 1922. De acordo com Nara Göcks, “estes dois empreendimentos animados por Dom Leme e dirigidos por Jackson de Figueiredo tinham um único objetivo: atrair a intelectualidade leiga do país, e mobilizá-la para o serviço da Igreja” (GÖCKS, 1988, p. 54).

Ao escrever na revista *A Ordem*, em 1961, Tristão de Athayde dirá que a revista, aquele órgão formador de opinião, desde o seu programa inicial, “tem os olhos voltados para o ‘inimigo da Igreja’, de um lado, e para os ‘católicos’ que se encontram acomodados, de outro” (LIMA, 1961, p. 6). Estava criado o órgão que iria desenvolver a ação, o combate, a “guerra santa” contra os “ismos”, em especial o liberalismo, condenados pala Encíclica Quanta Cura e o Syllabus, de

Pio IX, e se encarregaria de despertar aqueles intelectuais “dorminhocos”, acomodados, da Igreja. Mais ainda: *A Ordem* funcionaria como aquilo que Tristão de Athayde chamaria de “pressure group e que atua na base de um corpo de princípios” (LIMA, 1958, p. 32), à semelhança da futura LEC. Em maio de 1922, Jackson de Figueiredo fundou o Centro Dom Vital, o segundo órgão que refletiria a reação da Igreja, o órgão de estratégia. O Centro Dom Vital iria reunir semanalmente a intelectualidade da Igreja com o objetivo de despertar a consciência católica adormecida e planejar o combate. Por isso, Dom Leme dirá: “Muito recomendamos o Centro Dom Vital, obra destinada à penetração espiritual dos intelectuais, por meio de bibliotecas, publicações de livros, debates, etc. A generosidade que dispensarmos a essa belíssima ideia frutificará em uma nova geração de intelectuais católicos”. As reuniões promovidas pelo Centro lembravam “pequenos círculos de cultura”, nas quais eram debatidos os problemas que afetavam a vida da Igreja e esboçadas as soluções (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 182).

Outro órgão importante foi a Confederação Católica do Rio de Janeiro, fundada em 8 de dezembro de 1922. Nas suas *Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro*, diz Dom Leme que a Confederação será um

instrumento de coordenação da ação católica em todas as suas modalidades que tende a educar e formar as consciências dos católicos, de modo que, na sua vida privada e pública, possam agir sempre de conformidade com os princípios da Fé, e tende ainda a reunir para a Ação os esforços e a atividade de todos os nossos elementos aproveitáveis (LEME, 1922, p. 85).

Para atingir esse objetivo, Dom Leme dividiu a Confederação em duas grandes Seções, as quais por sua vez, dividiram-se em diversas comissões (Defesa, e preservação da fé, obras de piedade e culto, propaganda, caridade e assistência, escolas, obras sociais e operárias, etc.): a Confederação Católica Masculina e a Confederação Católica Feminina, tendo como líderes exercendo a função de secretários, dois “delegados” escolhidos a dedo por Dom Leme: Secretário Geral da Seção Masculina, Joaquim Henrique Mafra de Laet, advogado, católico praticante e futuro membro do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro; e para a Secretaria Geral da Seção Feminina foi indicada Stella de Faro que dirigiu esta Seção até 1945.

A Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder, marcou de forma indelével a relação da Igreja com a sociedade política. Dom Leme queria exercer, por meio dos intelectuais orgânicos, uma ação firme e decisiva no sentido de influenciar o aparelho de Estado e, a partir dele, a sociedade civil, de modo a concretizar o processo de *restauração*. Da mesma maneira, o Estado precisava da

Igreja como aliada a fim de que esta, juntamente com outros aparelhos da sociedade civil, difundisse uma visão de mundo favorável ao governo. Isso porque a Igreja “era, melhor do que qualquer partido político, um aparelho com alcance nacional capaz de mobilizar a opinião pública em favor da Revolução” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 62). Assim, Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, solicita à Igreja “modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual”. Em 1934, Gustavo Capanema, considerado homem forte da Igreja, assumiu o Ministério da Educação e Saúde, “encarregado de executar seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado”, o Diretor da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, Alceu de Amoroso Lima que viria a ser “o principal conselheiro de Capanema” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 66).

Alceu: conquistando posições no ministério da educação e saúde

Alceu de Amoroso Lima era um católico ortodoxo e um intelectual brilhante. A sua pena era implacável quando se tratava de polemizar e de fazer apologia das doutrinas da Igreja Católica. Na realidade, ele queria ver a Igreja voltar a ser o que, na sua visão, ela fora na Idade Média: capaz de levar o evangelho

[...] aos novos reinos (bárbaros), infiltrando-se na sociedade e subindo até os tronos e as leis, de modo a que a nova ordem de coisas receba a lição que a mensagem eterna de Roma pode dar a todos os regimes e a todas as instituições” porque ela é “o próprio corpo místico da verdade..Tudo o que é verdadeiro é da Igreja. (LIMA, 1950, p. 73-74).

Alceu iria aproveitar a presença de seu amigo Capanema no Ministério da Educação e Saúde para desenvolver uma intensa “guerra de posição”, situando intelectuais leigos e clérigos da Igreja em postos – chave naquele Ministério. Esses intelectuais iriam atuar de modo a empreender uma “guerra de assédio” com a finalidade de fazer com que a influência da Igreja se fizesse sobre a elaboração da legislação de forma a colocar a denominação católica em posição de aparelho eclesiástico hegemônico no país. Alceu não somente indicaria nomes para posições importantes como vetaria sutilmente outros que, a seu ver, não iriam colaborar para que a Igreja alcançasse seus objetivos. Por isso, ele não chamaria um Jorge Amado para participar do “movimento da Ordem, pois ele no seu ‘romance social’, ‘Capitães da Areia’, faz apologia da solução *revolucionária* para o problema social moderno, rejeita tanto a solução do *ódio*, que ele encarna

num menino do bando de meninos abandonados que se faz cangaceiro, como a solução da *bondade* que ele encarna em outro que se faz frade e declara que só uma terceira solução importa: a da *luta*, entendendo como tal a luta comunista pela revolução social, num sentido anticristão” (LIMA, 1950, p. 90). Em defesa de sua negação de um aproveitamento de Jorge Amado no Ministério da Educação e Saúde, Alceu eleva o grito da luta contra o comunismo. No entanto, ele justificou a indicação de católicos para postos no Ministério, quando escreveu o seu “Mensagem de Roma”, em homenagem às ideias de Pio XII: “A Igreja deve sair do campo estritamente religioso e ir ao campo social, participando da vida pública...incitamento claro à participação dos católicos na vida política, na vida social, na vida cultural, na vida pública, em suma”. Isso porque “o espírito cristão é acima de tudo um espírito de *presença*” (LIMA, 1950, p. 97).

Coerente com o seu pensamento e com o seu compromisso missionário, Alceu de Amoroso Lima, líder da Liga Eleitoral Católica, a partir de 1935, irá discutir com Capanema a nomeação de Carlos Drummond de Andrade (nascido em Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais, em 1902, portanto, conterrâneo de Capanema) para a chefia do Gabinete do Ministério. A correspondência de Alceu com Gustavo Capanema é densa e a maioria das cartas no período de 1934 a 1945 contém pedidos de nomeação (e vetos) de intelectuais católicos para assumirem posições nos diversos escalões do Ministério em todos os Estados da República onde eles iriam exercer a influência de que a Igreja necessitava.

Dessa maneira, Alceu irá indicar nomes para as mais diversas funções no Ministério. Em telegrama de novembro de 1938, Alceu agradece a Capanema a nomeação da esposa de Herbert Fortes, assíduo frequentador do Centro Dom Vital em Salvador e professor de filosofia do Colégio da Bahia, para inspetora de ensino na Bahia. Assim como pede ao Ministro, em carta de abril de 1939, quando chegar a hora das nomeações para o Colégio Pedro II, “não esquecer do professor Calil F.Assab que tem dado excelentes provas de suas qualidades intelectuais e didáticas.” Em carta de 1939, solicita a Capanema a nomeação de Carlos Chagas Filho para professor de Física Experimental na Universidade do Distrito Federal. Os pedidos de nomeações para os mais diversos setores do Ministério se multiplicam. Insiste com Capanema para que nomeie Vinícius de Moraes, primeiro como representante do Ministério na Comissão de Cinematografia (CARTA de 1936), depois para um cargo no próprio Ministério:

Continuo vivamente interessado em colocar três pessoas, cada uma das quais é um valor autêntico, tanto do ponto de vista intelectual como moral, dos melhores que temos no Brasil...Esses nomes Murillo Mendes, Almir de Castro (futuro professor e vice-reitor da UnB) e Vinícius de Moraes, cada qual de mais valor (CARTA de 1944).

Interessado em ter alguém de confiança, representando as artes, sendo apoiado pelo Ministério, apresenta a Capanema, Di Cavalcanti, “um artista que, além de artista é meu amigo particular. E também como todo artista verdadeiro, muito pobre. Ora você tem sido o mecenas oficial (e sincero) dos artistas brasileiros. Será-o (sic) também do nosso Di, admitindo para a Pinacoteca pública alguns de seus quadros, que o Mario de Andrade poderia escolher em São Paulo” (CARTA de Maio de 1943). Sabendo a importância da educação para a difusão de ideias, valores e princípios, envia a Capanema uma lista de nomes, sob a nota de “Recomendação especial”. Trata-se de “pessoas que recomendaria vivamente para qualquer cargo de responsabilidade em matéria pedagógica: Guilherme de Azevedo Ribeiro, latinista; J. A. de Souza Vianna, matemático, pedagogo; Everardo Backheuser, Presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação; Raul Leitão da Cunha, médico; Leonídio Ribeiro, medicina legal; Hamilton Moreira, pessoa de absoluta confiança; F. de Santiago Dantas, filosofia e sociologia; Henrique Halgreaves, matemática e português; Arthur Gaspar Vianna, pessoa de confiança; Wagner Antunes Dutra, meu secretário particular; Álvaro Vieira Pinto, médico, grande cultura, conhece inglês, alemão, francês, professor de filosofia e biologia, moral ótima, professor digno e paupérrimo” (CARTA de setembro de 1938). Finalmente, a lista não ficaria completa sem a inclusão da indicação, em 1936, de Mario Casassanta para a Diretoria Nacional de Educação: “pense bem nesse caso, se já não pensou, e faça esse gesto que tanto bem fará à causa da educação no Brasil” (CARTA de setembro de 1936). Afinal Casassanta era amigo de Capanema, mineiro como ele, e companheiro de Francisco Campos na Reforma do ensino primário em Minas, em 1927.

Assim como pleiteou a nomeação de Mario Casassanta para a Diretoria Nacional de Educação, foi terminantemente contrário à indicação de Fernando de Azevedo para aquele posto, respondendo a uma consulta que lhe fizera o Ministro, dizendo: “Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma bandeira. Suas ideias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso eu teria de dizer de público, em face da minha consciência e da certeza que tenho que, no terreno da educação, é que se está *travando a grande batalha moderna de ideias*”. Conclui a carta colocando o debate em termos de “ou ele ou eu”:

Como prezo muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena mas desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado, na obra grandiosa que você está empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa

nomeação, a meu ver errada e inoportuna. É de ponderar também que, qualquer que fosse minha resposta, a impressão causada por essa nomeação nos meios católicos seria a mesma de perplexidade e interrogação. Cria-me, meu caro Capanema, seu sempre fiel amigo (CARTA de março de 1935).

Se a grande batalha moderna está sendo “travada” no campo “das idéias”, a presença da intelectualidade leiga católica em posições chave do Ministério da Educação é imprescindível. Por isso, Alceu não poupou esforços no sentido de “colocar” pessoas de “confiança” e que tenham comprovado serem fiéis “à nossa causa”, em particular aquelas que tenham passado pelos Centros Dom Vital, em postos nos quais e por meio dos quais elas poderiam atuar em favor da Igreja Católica. Assim, a Igreja, por meio de Alceu, para defender seus interesses nos assuntos educacionais, estava constantemente atenta, pois a educação era um setor importante para exercer influência na formação de lideranças políticas. A igreja foi, pouco a pouco, conseguindo “colocar” intelectuais clérigos e leigos na máquina burocrática e pedagógico-operacional do Ministério, seja em postos de assessoria, seja em postos de ação pedagógica. Por exemplo, intelectuais católicos, clérigos e leigos, estarão sempre presentes no Conselho Federal e nos Conselhos Estaduais de Educação. Mesmo para representar o Ministério em eventos, Alceu interfere sugerindo nomes, indicando que são dos “nossos”, como foi o caso da Conferência de Educação, de 1940:

Sobre a próxima Conferência de Educação, como sei que você vai designar alguns membros...desejo lembrar-lhe dois nomes dos ‘*nossos*’, que poderão **também** trabalhar muito pelos interesses gerais do ensino, dada a sua competência na área: Prof. Everardo Bakhauser e Padre Helder Câmara. São o Presidente e o assistente eclesiástico do Secretariado de Educação da Ação Católica Brasileira...Dessa maneira, os católicos estarão bem representados na Conferência (CARTA de Alceu a Capanema, de 1939, grifo do autor).

Além dos pedidos de “colocação” acima, muitos outros são encontrados na correspondência de Alceu de Amoroso Lima pesquisados no Arquivo Tristão de Athayde – CAALL, mostrando que intelectuais católicos estavam sendo “colocados” nos mais diversos setores do Ministério da Educação e Saúde.

A rigor, os pedidos de Alceu de Amoroso Lima eram sistematicamente atendidos e recebiam pronta resposta, seja do Chefe de Gabinete

do Ministério, Carlos Drummond de Andrade, seja do próprio Ministro, Gustavo Capanema, como podemos constatar pelos exemplos abaixo:

- Por telegrama, Carlos Drummond de Andrade, Chefe de Gabinete de Capanema, comunica a Alceu que “sua recomendada, viúva do professor Porto Carrero, foi nomeada para o cargo de auxiliar do Instituto Benjamim Constant (telegrama de 14/07/1938).

Capanema escreve para Alceu, dizendo que “foi autorizado contrato de seu recomendado, Wagner Antunes Dutra para funcionário da Faculdade Nacional de Filosofia” (CARTA de 23 nov. 1939).

As evidências de que a ação de Alceu de Amoroso Lima junto ao Ministério da Educação e Saúde teve êxito podem ser avaliadas, tanto pelas palavras contidas em diversas cartas de Capanema enviadas a Alceu, quanto pelo sucesso que a Igreja teve em “cristianizar” a legislação, como nos diz Laurita Raja Gabaglia (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 52), graças à atuação de Amoroso Lima à frente da Liga Eleitoral Católica (1933), da Ação Católica (1935) e do Instituto Católico de Estudos Superiores. Dessa maneira, em 1979, quando Capanema era Senador da República, ao escrever a Alceu de Amoroso Lima, ele o reconhece como *conselheiro* e amigo: “você foi sempre para mim não apenas Conselheiro nos momentos difíceis, mas também o amigo, o companheiro das horas de alegria e comprazimento” (CARTA de 20 jan. 1979).

Na Constituição de 1934, a legislação fora “cristianizada”, pois Alceu de Amoroso Lima e os intelectuais orgânicos da Igreja por ele “colocados” em postos chave conseguiram o que a hierarquia da Igreja considerou como uma vitória: inserir no elenco de artigos os pleitos que a Igreja chamava de “reivindicações mínimas”: A invocação a Deus no preâmbulo da Constituição; o direito de colaboração entre a Igreja e o Estado; a indissolubilidade do casamento; o ensino religioso facultativo, dentro dos horários escolares, nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais; assistência religiosa facultativa às unidades militares, nas expedições de guerra, nas penitenciárias, hospitais e outros estabelecimentos oficiais; o reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis; a assistência do Estado às famílias numerosas; o voto dos religiosos; o descanso dominical; a autorização para cemitérios religiosos; o serviço militar dos eclesiásticos prestado sob forma de assistência espiritual ou hospitalar; a pluralidade e liberdade dos sindicatos operários; a lei de garantia da ordem social contra as propagandas subversivas (SANTO ROSÁRIO, 1962).

Em 1944, quando a Igreja já tinha alcançado praticamente tudo o que almejava, inclusive a fundação de uma Universidade para “atingir as elites”, diz Capanema a Alceu; “Jesus Cristo é um general experiente em batalhas; não toma o território todo desde logo. Hoje foi o dia da invasão. Considerável parcela

do terreno foi ocupada, e muitos pontos de importância. A inteira ocupação é questão de tempo e luta!”(CARTA do dia 24 jun. 1944), referindo-se ao sucesso que foi a celebração da Páscoa no Ministério da Educação e Saúde.

A rigor, Alceu de Amoroso Lima foi um verdadeiro porta-voz da intelligentsia católica brasileira. “Não somente oráculo desta intelligentsia, mas também vocacionador de homens e mulheres para a ação de restauração da Igreja” ao “colocá-los(as)” nas trincheiras avançadas projetadas pela Igreja na sociedade civil e na sociedade política, para ali travarem a guerra de posição.

No entanto, como o Ministério não se resumia à educação, mas alcançava a área da saúde, pois era Ministério da Educação e Saúde, um outro braço de Alceu se estendia para alcançar esta área também importante.

Stella de Faro no ministério da educação e saúde e no instituto social

Ao fundar a Confederação Católica, no Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1922, Dom Leme nas suas “Instruções” (Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões da Confederação Católica do Rio de Janeiro, 1923), afirma que a Confederação seria um:

Instrumento de coordenação da ação católica em todas as suas modalidades, a Confederação tende a *educar e formar as consciências dos católicos de modo que, na sua vida pública, possam agir sempre de conformidade com os princípios da Fé*, e tende ainda a reunir para a ação os esforços e a atividade de todos os nossos elementos aproveitáveis. Sem preocupação de chefes ou grupos, a Confederação pretende integrar no movimento católico todos os valores dispersos em pequeninos centros de ação – ou latentes no coração de muitos que vivem arredados de nossas organizações (LEME, 1922, p. 58).

Portanto, para desempenhar as funções de liderança na Confederação, Dom Leme irá fazer escolhas cautelosas. Por isso, nomeará para a Secretaria Geral da seção feminina a militante católica, **Stella de Faro**.

Stella de Faro nasceu no Rio de Janeiro no dia 19 de julho de 1888. Filha de Luiz Pereira de Faro e de Isabel Tosta da Silva Nunes Faro, católicos praticantes, Stella teve dois irmãos e duas irmãs, sendo que a mais nova, Isabelle, foi freira da Congregação de Sion, mantenedora do Colégio onde Stella estudou e do qual guardou sempre uma lembrança agradecida:

“Bendita a memória das grandes educadoras que nos receberam em Sion. Quero render a todas, especialmente àquelas que mais se ocuparam de nós, um preito de gratidão. Gratidão que não morre porque ficou incorporada ao meu ser” (DEBATES Sociais, 1965, p. 77).

Stella fez parte das Filhas de Maria de Sion e colaborou em diversas revistas das Filhas de Maria, como *Salve Regina* e *Apostolado das Filhas de Maria do Brasil*.

Ao ser chamada ao palácio da Arquidiocese, no Rio de Janeiro, em 1932 e ao lhe ser oferecida pelo próprio Arcebispo a chefia da Seção feminina da Confederação Católica, Stella, à semelhança de Isaías (Is. 6), alegará dificuldades. Esquivando-se, dirá a Dom Leme que estava com uma carga demasiada de trabalho. Retrucou-lhe o Arcebispo: “Não faz mal. Trabalham bem os que trabalham muito. Mais tarde, se a senhora quiser, poderá deixar algumas das outras atividades a que se consagra. Nosso Senhor a ajudará e tenho certeza de que tudo correrá bem” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 151). Neste mesmo ano, Stella de Faro, como Presidente da Ação Católica, representou a Igreja Católica brasileira no Congresso da União Internacional das Ligas Femininas Católicas, na cidade de Lucerna, na Suíça. Stella estará à frente da Seção Feminina da Confederação durante 22 anos e será a Presidente da Liga Feminina de Ação Católica, também conhecida como Liga das Senhoras Católicas cujos estatutos foram elaborados por ela sob a supervisão de Dom Leme.

Sua presença constante no Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o mandato de Gustavo Capanema, participando de comissões que estudavam reformas do ensino e discutiam a presença da mulher na educação, foi fundamental para semear o fermento da fé católica entre os funcionários daquela Casa, culminando com a realização, por Dom Leme, com a presença de Tristão de Athayde e da própria Stella de Faro, da Páscoa dos Funcionários objeto do seguinte comentário do Ministro em carta endereçada a Alceu de Amoroso Lima, no dia 24 de junho de 1944:

Meu caro Alceu: Aceite minhas congratulações pelo acontecimento desta manhã: a páscoa dos servidores do Ministério da Educação. Esse desfile de centenas de comungantes é bem significativo... Nem todos no nosso Ministério fomos dignos de participar desta páscoa. Jesus Cristo é um general experiente em batalhas; não toma o território todo desde logo. Hoje foi o dia da invasão. Considerável parcela do terreno foi ocupada, e muitos pontos de importância. A inteira ocupação é questão de tempo e luta... Seu amigo aa) Capanema.

Stella colaborava com Dom Leme para efetivar a “inteira ocupação” do Ministério da Educação e Saúde Pública espalhando as sementes da restauração católica por todos os departamentos daquela Casa, mas também, por meio da escrita e da Ação Católica.

Na qualidade de líder das senhoras católicas, Stella de Faro escreveu diversos artigos para a revista *A Ordem* (Carta de Stella de Faro a Alceu, de 27 de janeiro de 1937), em particular sobre a situação da mulher, a pedido de Alceu a quem ela tratava de “querido chefe” (Telegrama de Stella a Alceu, datado de 11/11/1942). Batalhou, ainda, em favor do voto feminino, acreditando que a mulher precisa exercer plenamente a cidadania. Colaboradora de Alceu revisava projetos que tinham a ver com a participação da mulher na sociedade:

Com a mesma confiança e amizade com que o senhor me confiou os projetos, aí estão as sugestões que nos pareceram de utilidades. Peço-lhe que use ou não use delas, como se fossem coisa sua. Sempre pronta para uma colaboração que esteja ao meu alcance. (STELLA, 08/1938).

Quando Alceu foi aos Estados Unidos, Stella de Faro assumiu a direção do braço feminino do Instituto Católico de Estudos Superiores, o Centro de Estudos e Ação Social (Telegrama de Stella para Alceu, de 11 dez. 1959). Indicada por Alceu, foi membro da Comissão Nacional de Proteção à Família, criada em novembro de 1939, tendo a seu lado Oliveira Viana, Ernani Reis, Levi Carneiro, Cândido Mota Filho, Domingues de Oliveira e Paulo Sá. Preocupou-se na Comissão em defender a posição da Igreja no sentido de que deveria ser elaborada uma Lei que desse “proteção moral e jurídica à família”. Ao mesmo tempo, esteve sempre presente nas discussões sobre o voto feminino. A Seção Feminina da Confederação das Associações Católicas, liderada por Stella e a Liga Feminina de Ação Católica não se furtaram em participar ativamente na difusão de um pensamento favorável ao voto feminino, importante para que a Igreja pudesse, com o voto das mulheres, eleger candidatos que estivessem sincronizados com as suas “reivindicações mínimas” e com a “ocupação” do território nacional pela Igreja.

O Centro de Estudos e Ação Social, ligado à Associação das Senhoras Católicas Brasileiras, liderado por Stella de Faro e Mlle. Marsaud, além de promover cursos para a formação das mulheres (CARTA de Stella a Alceu, de 12 dez. 1958), foi o responsável pela criação das primeiras escolas de Serviço Social com a finalidade de preparar um laicato feminino militante e atuante, uma intelectualidade orgânica feminina.

Dessa maneira, o Centro irá fundar a Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) e o Instituto Social, no Rio de Janeiro (1937), na realidade, as primeiras escolas de serviço social do Brasil, além do Instituto de Serviços, para

rapazes, em São Paulo, em 1939, de acordo com informações dadas por Stella de Faro em uma carta a Alceu, enviada de Curitiba onde ela veio visitar a irmã, em 13 de fevereiro de 1946.

As Escolas de Serviço Social, no seu início, intimamente ligadas à ação restauradora da Igreja, estarão preocupadas não somente em “formar” assistentes sociais como hoje compreendemos a função de tais instituições, mas, em particular em preparar pessoas para estreitar os laços familiares e dispensar cuidados às famílias mais pobres nos campos da higiene e da saúde. Assim, o Instituto Social do Rio de Janeiro, aceitará convite do governo do Espírito Santo para formar “um grupo de assistentes” (Carta de Stella a Alceu, de 12 de abril de 1952) que atuariam no meio rural procurando consolidar a presença da Igreja entre os camponeses. Em 1958, Stella de Faro escreveu a Alceu se regozijando pela formatura de 51 alunas do curso de “Especialização Rural, divididas em três categorias: Auxiliares Rurais, Educadoras Familiares Rurais e Professoras de Educação Familiar Rural”. Era a Igreja presente no meio rural educando as mulheres e preparando-as para exercerem funções de liderança em um ambiente que poderia ser alcançado pelas “ligas camponesas”. (CARTA de Stella a Alceu, de 12 de dez. de 1958) e mais tarde pelas Comunidades Eclesiais de Base que contariam então com mulheres católicas formadas pelo Instituto de Ação Social, preparadas para dar continuidade ao processo de restauração da Igreja por meio da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que estamos desenvolvendo em documentos e na historiografia da educação católica no Brasil, no período de 1870 a 1980, cujo resultado parcial faz parte da presente comunicação, aponta na direção de uma política educacional bem estruturada, em particular, a partir da Pastoral Coletiva, de 1915 e da Carta Pastoral de Dom Leme, de 1916; não somente bem estruturada como também com fins claros e estratégias determinadas para alcançar o objetivo. Dessa maneira, a ação que chamamos de Guerra de Posição, neste texto, seguindo um referencial gramsciano, deixa claro que a liderança maior da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, preparou grupos de intelectuais capazes de servirem de fortalezas da Igreja na sua luta em favor da “restauração”. Isto é, os intelectuais preparados, em especial, no Centro Dom Vital, deveriam ocupar postos avançados nas “trincheiras” da “guerra” travada” no seio da sociedade civil e da sociedade política. Foram, assim, constituídos verdadeiros “grupos de pressão”, como dizia Alceu de Amoroso Lima, de uma forma particular para atuar no Ministério da Educação e Cultura e junto à Constituinte de 1934-35.

A pesquisa mostrou que a revista *A Ordem* atuava como órgão tático enquanto o Centro Dom Vital era uma entidade nitidamente estratégica. Além desses órgãos, outros, como A Confederação Católica, com suas duas seções, a masculina e a feminina foi a mãe tanto da LEC quanto do Instituto Católico de Estudos Superiores, da Liga das Senhoras Católicas e do Instituto de Serviço Social, embrião das futuras escolas de serviço social.

No entanto, a ação privilegiada dos intelectuais preparados por Dom Leme para servirem como pontas de lança da Igreja na sociedade política e na sociedade civil, era desenvolvida no Ministério de Educação e Saúde Pública, dirigido por Gustavo Capanema, de 1934 a 1945. Neste órgão, destacamos, em particular, Tristão de Athayde e Stella de Faro, por meio da correspondência trocada entre eles e com Gustavo Capanema.

REFERÊNCIAS

BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARTA ENCÍCLICA IN PLUMIRIS SOBRE A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA. **Carta aos Bispos do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CORRESPONDÊNCIA de Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Capanema e Stella de Faro (fac-símiles: arquivo do autor).

GRAMSCI, A. **Quaderni del cárcere**. Torino: Einaudi, 1975.

LIMA, A. A. **Mensagem de Roma**. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

_____. **Ordem**. São Paulo: Autêntica, 1961.

_____. **Elementos de ação católica**. Rio de Janeiro: ABC, 1958.

LEME, S. **Carta pastoral**. Olinda: [s.n.], 1916.

_____. **Instruções para a organização e funcionamento das comissões permanentes da conferência católica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Leutzinger, 1922.

LUSTOSA, O. F. **Política e igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade**. São Paulo: Paulinas, 1982.

QUEM É QUEM NO SERVIÇO SOCIAL. **Debates sociais**: centro brasileiro de cooperação e intercâmbio de serviços sociais. Rio de Janeiro: CBCISS, 1984-1985.

SANTO ROSARIO. **Dom Leme**. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CNPq, 1982.

Recebido: 02/03/2009

Received: 03/02/2009

Aprovado: 22/03/2009

Approved: 03/22/2009

Revisado: 22/07/2009

Reviewed: 07/22/2009